**Pedagogia Social e Educação: o espaço das Universidades Abertas para a Terceira Idade**

**Social Pedagogy and Education: the space of Open Universities for the Elderly**

Rita de Cássia da Silva Oliveira[[1]](#footnote-1)

Paola Andressa Scortegagna[[2]](#footnote-2)

Nas últimas décadas se acentua o envelhecimento da população, considerado um dos grandes desafios atuais. Surge a necessidade de políticas públicas e ações que voltem a atenção para as demandas dos idosos, para a melhoria das condições de vida, garantia dos direitos e do empoderamento mediante a educação fundamentada na Pedagogia Social. Este artigo objetiva refletir sobre a inserção do idoso em espaços educacionais (Universidades Abertas), que privilegiam a Pedagogia Social como meio de educação não formal e educação permanente, para possibilitar o empoderamento desta faixa etária; identificar o perfil e as mudanças na vida dos idosos alunos da UATI/UEPG, enquanto práticas na Pedagogia Social. Realizou-se uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa, uma revisão bibliográfica, fundamentada nos autores: Beauvoir (1990), Both (2003), Furter (1976), Moody (2008), Oakley e Clayton (2003) e Oliveira (1999). Foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionário para 30 idosos da UATI/UEPG. O resultado mostra que a educação para o idoso deve oportunizar a inserção social, reconhecimento de papéis sociais, atualização de conhecimentos, valorização e elevação da autoestima, melhoria da qualidade de vida, dignidade e cidadania.

In the last decades the aging of the population has been accentuated, considered one of the great current challenges. The need for public policies and actions that focus attention on the demands of the elderly, for the improvement of living conditions, guarantee of rights and empowerment through education based on Social Pedagogy. This article aims to reflect on the insertion of the elderly in educational spaces (Open Universities), which favor Social Pedagogy as a means of non - formal education and permanent education, to enable the empowerment of this age group; to identify the profile and the changes in the life of the elderly students of the UATI / UEPG, as practices in the Social Pedagogy. The results of this study were based on the literature, based on the authors: Beauvoir (1990), Both (2003), Furter (1976), Moody (2008), Oakley and Clayton . A field survey was carried out with the application of a questionnaire to 30 elderly people from UATI / UEPG. The result shows that education for the elderly should provide social inclusion, recognition of social roles, updating of knowledge, appreciation and elevation of self-esteem, improvement of the quality of life, dignity and citizenship.

Palavras-chave: Pedagogia Social, Educação não formal, idoso, políticas públicas, Universidade Aberta.

Key words: Social Pedagogy, Non-formal education, elderly, public policies, Open University.

INTRODUÇÃO

Com a mudança do panorama demográfico mundial devido ao crescimento significativo de idosos, este segmento etário tem sido objeto de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento. Em decorrência surge uma demanda por novas ações e políticas que venham atender as necessidades desta faixa etária.

A longevidade atualmente configura-se como um dos grandes desafios da atualidade, assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira.

Apesar de todos os preconceitos que revestem a velhice, o idoso vem sendo entendida de maneira distinta no campo de pesquisa.

A pessoa idosa tem inúmeros direitos, mas muitas vezes há o desconhecimento de quais são eles, principalmente os relacionados à questão educacional para esta faixa etária. Porém, percebe-se que em diversas situações não existem as mínimas condições de sobrevivência, os direitos básicos não são respeitados, e o idoso encontra-se à deriva na sociedade.

Devido a um panorama hostil que a sociedade capitalista, não por raras vezes impõe ao idoso, apresenta-se a necessidade de políticas públicas que atendam as demandas, assegurando que os direitos básicos sejam garantidos. Assim, as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa visam estabelecer direitos para um público que se encontra vulnerabilizado com relação ao respeito de seus direitos elementares básicos, prescritos na Constituição.

Logo, além de políticas públicas gerais para a pessoa idosa, existe um recorte que faz referência ao direito à educação, e este como qualquer outro direito deve ser respeitado. No ordenamento jurídico, não existe uma política educacional para a pessoa idosa, mas políticas públicas que apresentam no decorrer de seu texto prescrições à educação.

Neste sentido, as Universidades Abertas para a Terceira Idade surgem como possibilidade de inserção do idoso num espaço educacional não-formal, que visa a integração social, aquisição de conhecimentos, elevação da autoestima, valorização pessoal, conhecimento dos direitos e deveres e exercício pleno da cidadania. Destaca-se ainda, a não formalidade do currículo, que se organiza de maneira mais interativa, caracterizando a pedagogia social.

Este artigo objetiva refletir sobre a inserção do idoso em espaços educacionais (Universidades Abertas), que privilegiam a Pedagogia Social como meio de educação não formal e educação permanente, para possibilitar o empoderamento desta faixa etária; identificar o perfil e as mudanças na vida dos idosos alunos da UATI/UEPG, enquanto práticas na Pedagogia Social.

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, estrutura-se esta investigação qualitativa, utilizando a dialética materialista para análise dos dados, considerando os movimentos e transformações na realidade, na qual o idoso se insere. Assim, busca-se entender o objeto real, na totalidade e complexidade, inserido no contexto histórico e social (CHEPTULIN, 2004).

**PEDAGOGIA SOCIAL: universidade aberta e empoderamento**

A valorização e respeito ao idoso surge como necessidade premente na distribuição mais equitativa do poder, possibilitando uma perspectiva de rompimento com a discriminação generalizada atribuída a este segmento. O poder e seu exercício cotidiano assumem conceito central nos processos de transformação, desenvolvimento e promoção da cidadania dos indivíduos.

O poder pode ser entendido como um processo de conscientização, no qual o indivíduo interage com o seu contexto social, conhece a si e ao mundo, transformando a si ao mesmo tempo em que é transformado pelo mundo. Esta maior criticidade e visão do mundo possibilita uma maior capacidade de intervenção e controle das situações. O idoso encontra-se entre os grupos que são marginalizados e oprimidos caracterizados pelo que Freire chama de cultura do silêncio. Nesse sentido ocorre a transformação social entre os que detém ou não o poder e resulta em uma distribuição com maior equitatividade (2005).

Nesta nova visão, os idosos, irão desempenhar um papel mais ativo, desenvolvendo suas habilidades e assumindo a postura de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Segundo Oliveira et al (2010, p. 5),

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Estas diferentes roupagens assumidas pelo poder não se excluem, ao contrário, se complementam e beneficiam no seu conjunto o progresso do indivíduo, da família ou do grupo. Compete a cada um dos grupos sociais promover o seu próprio desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento é a distribuição mais equilibrada do poder entre os indivíduos na sociedade.

“Tanto ‘empoderados’ como ‘desempoderados’ são categorias de atores fundamentais para a compreensão da dinâmica em qualquer processo de desenvolvimento”, neste sentido “o poder define o padrão básico das relações econômicas e sociais em um dado contexto, e portanto, tem influencia fundamental em qualquer intervenção que potencialmente ameace a distribuição existe” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 10).

Os idosos na sociedade brasileira são considerados desempoderados porque são vitimizados culturalmente, resultado da vulnerabilidade reforçada por preconceitos e estereótipos negativos relativos à velhice. Entretanto os idosos organizam-se e mobilizam-se para adquirir maior reconhecimento social, e assim passam constituírem um desafio às estruturas existentes.

“O poder também está relacionado com o conhecimento o qual consiste em uma fonte de poder e uma forma de adquiri-lo” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11). Assim, todo conhecimento adquirido pode interferir e alterar as relações existentes, na medida em que este legitima a autoridade. Contrapondo-se a isto, a ausência de conhecimento implica em carência de poder. Não significa, que para o grupo de idosos adquirir poder, necessariamente precisa ocorrer uma redução de poder por parte de outros grupos, mas certamente, o empoderamento deste grupo resultará em consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

O conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Paulo Freire defende a ideia de empoderamento dos indivíduos através do processo de conscientização política e cidadã, da educação dialógica, do conhecimento do mundo em que cada um se insere e através da crítica e do reconhecimento deste contexto, cada um possa se inserir e atuar para o desenvolvimento de si e do mundo. A educação deve ser vista como prática libertadora, superando a visão tradicional de educação, na qual o aluno é apenas receptor de informações e conhecimentos, sem intervir, fortalecendo uma relação vertical em que o professor exerce o poder sobre os alunos, a educação bancária citada por Freire. Cabe lembrar que segundo o referido autor, ninguém ensina ninguém, porque o processo de aprender é recíproco, logo eu enquanto ensino, também aprendo e vice-versa (1996, 2005).

O conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

**EDUCAÇÃO: um direito do idoso**

Um dos grandes desafios para este século é o envelhecimento da população e como as diferentes sociedades devem se preparar para assumirem esta realidade que já está evidente.

Esboça-se, lentamente, um novo paradigma para a velhice. Mas, ainda políticas públicas e ações práticas devem ser efetivadas para que esta mudança cultural aconteça, delineando uma outra concepção de velhice, reconhecendo um idoso ativo, participativo, integrado e usufruindo da sua cidadania, superando discriminações, preconceitos que hoje são rotineiros e não por raras vezes enaltecidos.

Simone de Beauvoir já retratava em seu livro esse panorama hostil com relação ao idoso, quando afirma:

Aí está porque escrevo este livro: para quebrar a conspiração do silêncio [...]. É preciso perturbar sua tranquilidade. Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como parias (BEAUVOIR, 1990, p.8).

Os idosos estão hoje em relevância na sociedade, na mídia, na busca de políticas públicas, tornaram-se objeto de estudos e pesquisas científicas, em uma tentativa de superar o enaltecimento da juventude em detrimento da velhice.

Esta mudança de mentalidade e conscientização da velhice como fenômeno natural, aliada a outros fatores que propiciam uma ampliação não apenas de anos de vida, mas também de qualidade de vida, deve combater situações discriminatórias e preconceituosas, considerando a singularidade e as potencialidades de cada indivíduo ao longo da vida.

Considerando que o homem é um ser inconcluso, que continuamente está se desenvolvendo, crescendo, se aprimorando, pode-se considerar a educação como um processo indispensável ao longo da vida, considerando aqui principalmente a questão da educação e do processo ensino-aprendizagem na fase da velhice.

Os idosos cada vez mais, diante desta transformação demográfica, se conscientizam da própria posição e papel que ocupam na sociedade, recusando-se a ficarem restritos em ambientes sem grande participação social, ou sem estímulos para se desenvolverem, ou serem lembrados com limitações ou perdas, ao contrário, reclamam e reivindicam maior reconhecimento social, atuam em diferentes espaços públicos e virtuais, com o intuito de conseguirem maior visibilidade e decorrente dela, mais atenção e reflexões sobre a velhice, mais políticas públicas com ações práticas, superação de preconceitos, maior valorização e respeito.

Muitas instituições estão preocupadas com o envelhecimento populacional e oferecem alternativas na área da educação para acolher esta faixa etária e instrumentalizá-los com conhecimentos, informações que os atualizem e favoreçam uma maior participação e exercício da cidadania. As universidades, cada vez mais, abrem um espaço para o idoso, ultrapassando barreiras e socializando os conhecimentos produzidos.

A educação preconizada pela Unesco, como educação ao longo da vida, possibilita ao idoso maior valorização, proporciona condições para que desenvolva a sua autonomia, favorece o exercício de novos papéis sociais por parte deste segmento etário, possibilitando uma maior inserção e participação social.

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo se integre à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdo adequado à população idosa.

Cumprindo com a legislação brasileira, em especial com o Estatuto do Idoso, e as funções que são atribuídas às universidades: ensino, pesquisa e extensão, são oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior programas como formas alternativas de atendimento ao idoso e também aos indivíduos que vão envelhecer, visando além de uma valorização, uma maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população no país.

Os programas para a terceira idade não devem assumir uma conotação meramente assistencialista ou de lazer porquê de certa maneira não deixam de ser uma forma sutil de marginalizar e alienar os idosos na sociedade. Deve ser privilegiada a aprendizagem, por um lado se confrontando com o rompimento do preconceito de que o idoso tem menor capacidade de aprendizagem e por outro lado, fazendo emergir a aprendizagem com sabor de conquista, de vitória, elevando a autoestima e imagem do idoso, além de aguçar o sentido de utilidade, aprimorando a capacidade crítica, a liberdade de expressão e participação desse segmento da população.

Muitas universidades abrem espaço para os idosos, com a criação das Universidades para a Terceira Idade, fazendo com que elas ampliem o seu compromisso, buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento, exclusão convencionada à idade e, por conseguinte, levá-los a usufruir dos bens advindos com esta proposta. Desta maneira, os idosos se fortalecem, através de grupos articulados conseguindo maior visibilidade e organização na sociedade.

Os programas voltados para os idosos, nas universidades, apresentam um propósito bem definido: a melhor qualidade de vida. Assim, contribuem para a reformulação do sentido que se dá à vida, possibilitam a ampliação das relações sociais e a produção de conhecimentos específicos, que possam subsidiar políticas pertinentes.

Indispensável o despertar de mais atenção e investimentos do Estado e da sociedade civil para minimizar a precariedade de vida dos idosos. O idoso, no Brasil, não constitui um fato econômico sério, e, assim, não atrai maiores investimentos no setor. Essa situação, pela educação, deve ser revertida, para isto o idoso deve ser tratado com respeito e dignidade e precisa não apenas de políticas públicas, mas de ações, de intervenções práticas, educativas, com ética, consciência e compromisso.

A educação tem um papel político fundamental, “(...) ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências” (GADOTTI, 1984, p.157).

A educação, além de direito para a pessoa idosa representa a possibilidade de mudanças conceituais em relação ao envelhecimento e a velhice. Uma ação educacional que contemple esta temática estimula a reflexão em relação ao processo de envelhecimento populacional, como também facilita a própria aceitação da condição de pessoa idosa.

A educação supera atualmente a ideia de reprodução e de transmissão da herança acumulada pela humanidade porque assume um caráter de transformação instrumentalizando os indivíduos com conhecimento técnico e científico, habilitando-os a atuarem nas diferentes áreas, superando o papel reducionista de mera transmissão de conhecimentos. A educação reflete a sociedade e exerce um papel político importante ao conscientizar a população, a medida em que possibilita o desenvolvimento do espírito crítico, a criatividade e a troca de experiências.

Segundo Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observa-se o quanto o processo educativo permite mudanças, independentemente da idade. A educação é um importante meio de transformação e valorização destas pessoas.

O processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, sempre em busca de atualização, aquisição de novos conhecimentos, em uma sociedade globalizada, com mudanças contínuas e em ritmo acelerado (OLIVEIRA, 1999).

O indivíduo aprende constantemente em sua vida, assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados. Segundo Furter (1976) homem é um ser inacabado, que busca a perfeição, neste sentido, a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte.

A educação deve ser vista como um processo, um fato existencial e um fato social. É considerada como um fenômeno cultural e não consiste na formação uniforme de todos os indivíduos porque se desenvolve sobre o processo econômico da sociedade. É em si uma atividade teleológica, sempre visa um fim, sendo um fato de ordem consciente, um processo exponencial, com uma essência concreta e de natureza contraditória (PINTO, 1989).

A toda concepção de educação existe subjacente uma visão de mundo, de homem e de sociedade; baseada nestas concepções se determinam os fins a serem atingido pela educação. A educação é uma prática social, situada historicamente, em uma realidade concreta, englobando diferentes aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos.

A educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

O processo educativo deve ser refletido a luz dos pilares da educação preconizados pela Unesco: aprender a ser (a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade; desenvolver a autonomia, o discernimento e a responsabilidade; aprender a fazer (a educação deve contribuir para que a pessoa adquira competências para uma melhor qualificação profissional, experimentando uma diversidade de atividades, alternando o ensino e o trabalho, teoria e prática), aprender a conhecer (combinando com uma cultural geral ampla e aprender a aprender para saber aproveitar as oportunidades que a vida pessoal e profissional lhe apresentar); aprender a conviver (desenvolver a compreensão do outro, a percepção e sensibilidade da interdependência entre as pessoas na sociedade em que vivemos) (DELORS, 2001).

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para o idoso, num caráter de educação permanente. Nota-se que quando a educação se torna permanente na vida da pessoa, é possível encontrar um novo sentido em viver, mesmo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

A educação permanente é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber–ser constituem quatro aspectos intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no cotidiano, e assinalada por momentos de intensão esforço de compreensão de dados e de fatos complexos a educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões. Se, por um lado implica a repetição ou imitação de gestos e de práticas, por outro é, também, um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também a alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, dado que se inscreve ao mesmo tempo no campo cultural, no laboral e no da cidadania. (DELORS, 2001, p. 107).

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do capital humano (MOODY, 2008). Desta maneira, a mesma deve estar vinculada para que realmente este capital se desenvolva independente da classe social ou situação de marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que ocorra o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político.

A educação assume um papel democrático, com vistas à transformação social pela participação e real integração dos cidadãos.

Essencial também é lutar por uma efetiva democratização da educação, estendendo-a a todos, de modo a instrumentalizar os indivíduos com os conteúdos básicos valorizados pela sociedade, para que, uma vez dotados dos instrumentos de acesso ao saber e de senso crítico, possam ter melhores condições de vida e de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Dessa maneira, Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente e universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

A educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Por meio da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação da pessoa idosa, enquanto ator social, mobilizado em rede, terá possibilidade de articulação, passará a exigir mais respeito, dignidade e um compromisso sócio-político a propósito dos seus direitos.

Como afirmam Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2011, p. 90),

tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

A educação é considerada como um direito fundamental, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para o público idoso, todavia, ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para a pessoa idosa.

A educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade.

Relativa à condição essencial de prática social, a educação tem função essencial junto à pessoa idosa. Os processos educacionais não podem estar atrelados à escolarização somente só, mas sim, as demais possibilidades, comumente encontradas nas práticas de educação não-formal. E, são nestes espaços que muitas vezes o idoso encontrará vez e voz, efetivando a participação cidadã.

**O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO PARA A EDUCAÇÃO DOS IDOSOS**

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) tem sido disseminadas nas diferentes universidades pelo mundo como uma estratégia de empoderamento do idoso, uma educação não-formal e educação permanente ao mesmo tempo que os instrumentaliza com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania.

As UATI privilegiam a educação não-formal caracterizando-se pelo encontro de gerações, a não-obrigatoriedade de frequência, a ocorrência de ações e experiências em espaços e tempos mais flexíveis não restritos aos fixados por órgãos reguladores (SILVA, 2006).

A educação não-formal, ao contrário da educação formal, caracteriza-se por não ter a preocupação de desenvolver um currículo pré-definido, um currículo que se faz principalmente baseado em desejos, necessidades e interesses das pessoas que constituem os grupos envolvidos em ações e práticas desse campo educacional (SILVA, 2006, p. 9).

Este empoderamento em diferentes níveis, social, cultural, econômico e político a longo prazo possibilitará reequilibrar a estrutura de poder dentro da sociedade e contribuir para elaborar um outro paradigma de velhice.

O empoderamento no Brasil, nos anos de 1990, constituiu como objetivo a busca da promoção do desenvolvimento social, abrindo assim espaço para a consolidação de diferentes intervenções práticas voltadas para o idoso, entre elas as UATI.

Estas UATI privilegiam a educação não-formal caracterizando-se pelo encontro de gerações, a não-obrigatoriedade de frequência, a ocorrência de ações e experiências em espaços e tempos mais flexíveis não restritos aos fixados por órgãos reguladores (SILVA, 2006).

A educação não-formal, ao contrário da educação formal, caracteriza-se por não ter a preocupação de desenvolver um currículo pré-definido, um currículo que se faz principalmente baseado em desejos, necessidades e interesses das pessoas que constituem os grupos envolvidos em ações e práticas desse campo educacional (SILVA, 2006, p. 9).

Segundo Gohn (2006) a educação não-formal representa várias dimensões, como a aprendizagem dos direitos numa perspectiva política, desenvolvimento de potencialidades, exercício de práticas comunitárias e sociais, aprendizagem que capacite para uma leitura de mundo. A educação não-formal acontece em compartilhamento de experiências, em espaços e ações coletivas e cotidianas.

 “A transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta da educação não-formal” (GOHN, 2006, p. 3)

As UATI possibilitam também aos idosos ascenderem em três grandes áreas de empoderamento: o poder como maior confiança na capacidade pessoal para levar adiante algumas formas de ação; o poder como aumento das relações efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações; o poder como resultado da ampliação do acesso dos recursos econômicos, tais como credito e insumos.

Ao se pensar a educação como uma ação permanente e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

Desta maneira, a educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

A evolução social decorre da ação educacional. Assim, a educação para a transformação implica num caráter permanente, tanto para que a sociedade possa se desenvolver, quanto para que o indivíduo possa estar integrado a este desenvolvimento.

A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante.

Assim, “a preocupação básica que orienta o desdobramento de educação permanente e desenvolvimento cultural não se refere à contínua maturação humana, mas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PAIVA, 1985, p. 48). Possibilita-se, então, que o homem, no espaço histórico, cultural, político e social em que está inserido, consiga evoluir junto com a sociedade, e esta evolução individual reflete diretamente na constante evolução social.

Por meio da educação, o homem se humaniza, se caracteriza, torna-se social e consciente. “A educação é um processo contínuo e permanente que dá ao ser humano o sentido da vida, pela possibilidade que estabelece na medida em que promove maior compreensão sobre o mundo” (HERÉDIA, 2006, p. 126).

A educação permanente representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na esperança de futuro melhor e mais digno. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor (OLIVEIRA, 2007).

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar em um desenvolvimento integral conduz a perspectiva de educação permanente que vise a superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a prática social e o homem em sua totalidade.

Para que a educação permanente ocorra satisfatoriamente, há necessidade de que esta seja organizada e pensada para que atinja seus fins. Segundo Furter (1976, p. 127),

a necessidade de uma educação contínua, que seja uma constância na vida humana e que permita viver plenamente o mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um maior alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda educação, e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados.

A partir do momento em que a educação permanente fixar seus propósitos e estruturar-se de maneira democrática, um grande salto qualitativo irá ocorrer na educação. O homem aprende durante toda sua vida, seja em espaços escolarizados ou não, assim, possibilitar que a educação traga mais qualidade para as aprendizagens é fundamental.

Para que de fato ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos é fundamental e urgente que a instrumentalização e a educação sejam possibilitadas a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida.

Nestes condicionantes, a educação apresenta-se como propulsora da transformação social, pois é através dela que além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida.

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que “os velhos como coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico” (FONTE, 20002, p. 12).

**ANÁLISE DE DADOS**

 Após a realização uma revisão bibliográfica, fundamentada nos autores: Beauvoir (1990), Both (2003), Furter (1976), Moody (2008), Oakley e Clayton (2003) e Oliveira (1999), foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionário para 30 idosos da UATI/UEPG.

A primeira questão se refere ao sexo dos entrevistados. Há predominantemente um público feminino, com 27 mulheres (90%) e 3 homens (10%).

 Percebe-se, pelos dados, que há predominância de mulheres, o que confirma duas situações. A primeira se refere ao fato que as mulheres possuem uma maior expectativa de vida (IBGE, 2008), e a segunda se justifica pela circunstância em que estas mulheres procuram uma ocupação na terceira idade.

A segunda questão faz referência ao estado civil dos idosos. A maioria dos idosos é casada, representada por 12 pessoas, ou seja, 40%. Seguida, de 10 idosas, que são viúvas, representando 33,3%. Há também 5 pessoas solteiras (16,6%) e 3 idosos separados (10%).

Em referência ao domicílio em que o idoso reside atualmente a grande maioria vive em um imóvel próprio ou do companheiro, constituído por 25 idosos, representando 83,3%, seguidos de 3 idosos que residem em domicílio de filho ou familiar, ou seja, 10%. Há outros 2 idosos que moram atualmente em imóvel alugado - 6,6%.

Esta realidade mostra que os idosos, possuem uma renda média superior a dos jovens (menores de 30 anos) e que a proporção dos idosos que são chefes de família residem em casa própria é superior ao grupo de jovens. Esta situação reforça a fato de que os idosos possuem atualmente uma melhor situação econômica do que os mais jovens, os quais estão entrando cada vez mais tardiamente no mercado de trabalho (CAMARANO, 2001, 2002).

Em relação à quantidade de filhos, a maior faixa se concentra em 3 filhos, representados por 14 idosos (46,6%) e 2 filhos, representados por 11 idosos (36,6%). Há 3 idosos com 4 filhos ou mais (10%) e 2 não possuem filhos (6,6%).

Quanto a idade, a maior parte se concentra entre 61 e 65 anos, com 12 pessoas (40%) dos entrevistados. Da faixa etária dos 66 aos 70 anos, há 8 idosos (26,6%). Entre 71 e 75 anos, há 6 pessoas (20%). Ainda há 4 idosos com idades entre 76 e 80 anos (13,3%).

A maioria dos alunos tem mais de 60 anos, o que comprova que os idosos buscam uma atividade não apenas como mera ocupação, mas procuram espaços educacionais para atualização, entrar em contato com novas pessoas, conhecer outros ambientes. “O homem só é um indivíduo total quando inter-relacionado com os outros, pois as necessidades de atenção e afeto, de compreensão e aceitação, e o próprio aprendizado, somente se tornam possíveis pela interação com os semelhantes” (SALGADO, 2007, p. 72).

Em relação à escolaridade das pessoas que frequentam a UATI, percebe-se que 12 pessoas cursaram até a 4ª série, ou seja, as séries iniciais do ensino fundamental (40%). Em seguida, 10 pessoas têm o ensino médio completo, representando 33,3%. Outros 7 alunos da UATI têm o ensino médio incompleto (23,3%) e 1 idoso com ensino superior completo (3,3%).

Estes dados confirmam a heterogeneidade presente entre os alunos da UATI, o que alerta para as necessidades educacionais do público idoso, as quais exigem uma atenção especializada, além de metodologia, materiais e professores apropriados. Assim, “aplicar aos idosos o conceito de grupo culturalmente minoritário homogêneo escurece a compreensão de sua situação da sociedade contemporânea em vez de clareá-la” (MORAGAS, 1991, p. 120).

Em relação à renda mensal, 20 pessoas tem uma renda de 1 a 3 salários mínimos (SM), ou seja, 66,6% dos entrevistados. Outros 8 alunos têm renda de 3 a 5 SM por mês (26,6%). Há ainda 2 pessoas que tem uma renda mensal inferior a 1 SM (6,6%).

A partir dos dados anteriormente apresentados percebe-se que a maioria dos idosos se encontra numa faixa de classe média baixa, desmistificando o fato que apenas idosos de classe alta buscam alternativas educacionais e espaços como a universidade aberta (OLIVEIRA, 1999).

Em relação à UATI, os alunos foram questionados sobre como souberam do curso. Há 26 alunos que tiveram a oportunidade de saber sobre o programa por meio de amigos (86,6%). Outros 2 idosos, souberam do curso por familiares (6,6%) e 2 pessoas por meio de jornais (6,6%).

A partir destes dados aponta-se a importância das relações na velhice, pois a grande maioria tomou conhecimento da UATI, por meio de amigos, ressaltando que a pessoa idosa não perde a capacidade de relacionar-se. Pois, “a falta de relação não é boa para ninguém, já que perde a importância própria na vida social e se tende a elaborar uma personalidade ‘solitária’ afastada da realidade (MORAGAS, p. 19, 2004).”

Em referência aos motivos que trouxeram os idosos para a UATI, percebe-se que se destacam o buscar conhecimento, para 7 alunos, representando 23,3%, seguidos de fazer amigos e sentir-se útil, ambos elegidos por 5 pessoas, 16,6% em cada. Para 4 idosos, apontam à participação em atividades práticas (13,3%). 3 alunos apontam a ocupação do tempo livre (10%), para outros 3 desejam evitar solidão (10%) e 3 idosos, apontam como motivo, pedido da família (10%).

Estes motivos justificam-se pelo fato que as universidades abertas, conforme aponta Jordão Netto (2001), significam aos idosos uma possibilidade única para o reencontro ou redescoberta de seu potencial, além de se sentirem novamente humanos, com suas potencialidades, regatando a autoestima, a valorização enquanto cidadãos, mostrando a sua capacidade de pensar, agir e reclamar pelos seus direitos e conquistar seus projetos e objetivos.

As universidades abertas possibilitam ao idoso um novo espaço de inserção social, num contexto educativo, que visa promoção e aumento de autoestima, para que estes desfrutem de uma melhor qualidade de vida, e tenham uma atividade prazerosa.

As ações da Universidade Aberta da Terceira Idade pressupõem a integração e a participação do idoso, não apenas no contexto individual, mas também na coletividade. Assim, há a possibilidade dos idosos ingressarem no grêmio, no qual podem participar ativamente, propor atividades coletivas, eventos sociais e maior integração entre os alunos.

Segundo relato dos alunos que participam do grêmio percebe-se a importância que atribuem a esta atividade, a qual possibilita integração.

Para um aluno, “é uma forma de estar em contato mais direto com as pessoas da 3ª idade”, já outra relata que o grêmio é importante “para nos encontrarmos toda semana e trocar ideias”. Para um terceiro aluno, descreve que “é muito importante para mim, faz com que eu não me sinta inútil”. Uma aluna aponta que o grêmio é fundamental “para me manter atualizada, ter um convívio social e me encontrar com pessoas”.

Torna-se fundamental que a pessoa idosa mantenha seus laços sociais, mas que também participe de novas atividades, ampliando seu círculo de relações, busque novos desafios em relação à aprendizagem, realize algum trabalho voluntário, organiza-se em algum grupo. Somente assim experimentará uma velhice saudável, com muita afetividade e uma autoestima que lhe proporcione desejo de continuar vivendo, aprendendo e fazendo planos (STAMATO, 2007).

Em relação à valorização após ingresso na UATI, a grande maioria confirma que se sente mais valorizada depois de estar integrada às atividades da UATI, representada por 28 alunos, ou seja, 93,3%. Os demais 2 alunos (6,6%), demonstram que não tiveram grandes mudanças em suas vidas e não sentiram maior valorização ao se integrarem a UATI.

Sobre esta questão, percebe-se por meio das falas dos alunos que a valorização exerce grande influência para autoafirmação, maior autoestima e um relacionamento interpessoal mais tranquilo. Um aluno se sente mais valorizado “pelo respeito entre os participantes, amizades e um aprendizado que cada um tem a acrescentar ao outro”. Outro aluno descreve que “pelo respeito entre os participantes, amizades e um aprendizado que cada um tem a acrescentar ao outro”.

Em outros depoimentos, alguns alunos confirmam a valorização que sentem e os motivos desta motivação. Segundo um idoso, “as pessoas nos percebem melhor por nós mesmos, pela maneira de ser, pela nossa força de vontade em fazer amigos”. Completando, outro aluno afirma que “as atividades diversificadas trazem estímulo para a frequência e também proporcionam conhecimentos, que ampliam o nosso desempenho na sociedade”.

Em relação às mudanças que ocorreram na vida dos idosos após ingresso na UATI, percebe-se que 27 pessoas afirmam que em alguma questão houve mudança, representando 90% dos alunos. Para os demais 3 alunos, afirmam que suas vidas não se alteraram após o ingresso na UATI (10%).

Nesta mesma questão, para os alunos que afirmaram que há mudanças, foram questionados de que maneira ocorrem estas. A partir dos relatos destes alunos, é possível identificar alguns elementos de destaque. Vários idosos apontam a educação e aquisição de novos conhecimentos como responsável pela mudança. Como afirma um idoso, “aprendi muito com os professores, que os idosos merecem respeito e são capazes de aprender muito e viver feliz”.

Outro ponto que também auxiliou para mudanças se refere aos relacionamentos entre os alunos, que geraram muitas amizades e respeito mútuo, formando grupos que interagem também fora do espaço da UATI. Uma aluna afirma que “me sentia triste solitária, me faltava alguma coisa, era estar no meio de pessoas alegres”.

Em relação se a UATI cumpriu as expectativas, os alunos apresentam diferentes respostas, mas apontam principalmente que se atinge o objetivo educacional de preparar os idosos de maneira globalizada, como também o curso propicia uma maior inserção social, pautados por meio do conhecimento dos direitos do idoso, melhoria da autoestima, atualização e conscientização. Assim, a UATI é caracterizada como um espaço de fala e de ressignificação dos idosos (CASTRO, 2001). Conforme as respostas dos idosos, podem-se ilustrar estas afirmações. “Ali encontrei amigos, lazer, conhecimento, onde ninguém mais me passa para traz. Sou outra, levanto a cabeça e vou em frente”. Um idoso aponta que “há uma organização excelente, existe troca de conhecimentos, além da conquista de novas amizades e atenção de todos os participantes”.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de todas as conquistas que o segmento idoso vem atingindo nos últimos anos, através de sua representatividade e das concepções de envelhecimento ativo e constituição de um novo ator social, alguns pontos ainda precisam avançar. Conforme Whitaker (2007, p. 107), “se o idoso perde o poder, ainda há direitos. E por estes deve-se continuar lutando. Quanto menos poder, menos prestígio, assim maior deve ser a luta pelos direitos”.

Para que de fato ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos é fundamental e urgente que a instrumentalização e a educação sejam possibilitadas a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida. A educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Nesta mesma perspectiva, é também através da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação do idoso enquanto um ator social, que mobilizado em rede terá possibilidade de articulação e passará a exigir mais respeito e dignidade, e um compromisso sociopolítico a propósito dos seus direitos.

Nesta esfera, percebe-se que a educação além de propor e ser agente da ação que transforma, é um direito elementar de todo ser humano, numa percepção educacional permanente. Assim, o idoso tem direito à educação, não apenas como instrumentalização ou compensação, mas como espaço de questionamento, decisões, capacitação e acima de tudo, diálogo.

Os diferentes programas oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso, visando além da valorização dessa faixa etária, maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população do nosso país que é uma realidade (BOTH, 2003).

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, a integração entre gerações ocorre necessariamente, fomentando debates sobre as questões que envolvam essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações ora sustentados socialmente e que se apresentam sem fundamentação científica.

O próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de muito ainda colaborar para a sociedade na qual está inserido.

Assim, as UATI se constituem como espaços de educação não-formal, considerada como um núcleo fundamental da Pedagogia Social, a qual caracteriza-se por transitar em espaços sociais nos quais os contornos educativos não são bem delimitados. Nestes espaços, o processo de empoderamento torna-se possível para os idosos, pois por meio da aquisição de conhecimentos e aprendizagem políticas de direitos, este grupo ultrapassa uma realidade de exclusão e marginalização, para a constituição de um grupo social e politicamente ativo.

**REFERÊNCIAS**

BEAUVOIR, S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOTH, A. **Envelhecimento humano:** múltiplos olhares. Passo Fundo: UFPF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10741, de 3 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira:** uma contribuição demográfica.Texto para discussão n. 858. Rio de janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. **Os novos idosos brasileiros***:* muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CASTRO, O. P. **Envelhecer:** um encontro inesperado? Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

CHEPTULIN. A. **A dialética materialista.** São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Unesco, 2001.

FONTE, I. B. Diretrizes Internacionais para o envelhecimento e suas consequências no conceito de velhice. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12, 2002, Ouro Preto, **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais,** ABEP, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTER, P. **Educação e vida.** Petrópolis: Vozes, 1976.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOHN, M.G. Educação não-formal na pedagogia social. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, São Paulo, **Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social**; Autores sociais. Petrópolis: Vozes, 2006

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. *In:* CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 109-132.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.** Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

JORDÃO NETTO, A. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. *In:* KACHAR, V. (Org.). **Longevidade:** um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-61.

MOODY, H. R. **The new aging enterprise**. Occasional papers. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50. may. 2008.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social:** envejecimiento y calidad de vida.Barcelona: Herder, 1991.

MOSQUERA, J. **Vida adulta***:* personalidade e desenvolvimento. Porto Alegre: Sulina, 1975.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento.** Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. **O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R.C.S.; SCORTEGANA, P.A.; OLIVEIRA,F.S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e , política. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, R. C. S. et al. Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso.. In: **III Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 3., 2010, São Paulo. Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES).

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? *In:* PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PINTO, A. V. **Sete lições de educação de adultos***.* São Paulo: Cortez, 1989.

SALGADO, M. A. Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. **A terceira idade,** São Paulo, v. 18, n. 39, p. 67-78, jun. 2007.

SILVA, R. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, São Paulo, **Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social,** USP, 2006.

STAMATO, C. **Modelo de banheiro domiciliar para idosos**: uma abordagem ergonômica. 2007, 399 f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WHITAKER, D.C.A. **Envelhecimento e poder.** Campinas: Alínea, 2007.

1. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: soliveira13@uol.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: paola\_scortegagna@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)